

## A Educação Ambiental Climática no Brasil como um instrumento de resiliência

**GABRIEL HENRIQUE LIMA DO NASCIMENTO**

GRADUANDO EM LICENCIATURA EM HISTÓRIA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

Os desafios em torno do sistema educacional brasileiro não são novidades e podemos observá-los, por exemplo, em como são pensadas e executadas as políticas e as práticas da educação ambiental climática em nosso país<sup>1</sup>. Analisando o caso do Acre, estado que possui uma história inspiradora na luta em prol da floresta, vemos que, apesar dessa trajetória de lutas, enfrentam-se problemas em relação a uma disseminação eficiente da educação ambiental climática entre a população.

Quando analisamos a história do estado do Acre, percebemos em seu cerne uma forte luta da classe trabalhadora seringueira pelos direitos da floresta e do desenvolvimento sustentável, tendo grandes nomes à frente dessa luta, como o mundialmente conhecido Chico Mendes, Wilson Pinheiro, Mary Allegretti e Marina Silva.<sup>2</sup> Porém, como um estado com uma história marcada por tantas figuras do socioambientalismo brasileiro chegou ao atual cenário de alienação política em relação à pauta climática? Como combater falas contrárias a políticas de conservação ambiental que sugerem que o governo deveria cortar ainda mais as verbas de políticas de proteção ao meio ambiente?

A resposta pode não ser simples, mas uma das ferramentas para solucionar essas questões é uma educação ambiental climática transformadora e bem difundida. Se observarmos as ações do estado nos anos de 2023 e 2024, percebemos uma grande atividade da educação ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Instituto de Meio Ambiente do Acre<sup>3</sup>, porém devemos lembrar as diferenças de atuação da educação ambiental dessas instituições para uma educação ambiental universal e realmente transformadora.

Essas ações de educação ambiental promovidas por estas instituições públicas ou até mesmo de Organizações Não Governamentais - ONGs, ocorrem frequentemente sob a forma

1 [NEFFA, Elza. Diretrizes do OIMC para a Educação Ambiental Climática. Rio de Janeiro: Cadernos do OIMC N.12, 2024.](#)

2 [Por que Chico Mendes é tão importante para a defesa do meio ambiente? | WWF Brasil](#)

3 [Educação Ambiental da Sema e Imac atingiu quase 4 mil pessoas no 1º semestre com ações de sensibilização](#)

de oficinas periódicas. Muitas vezes, realizam apenas uma edição ou retornam ao local inicial da oficina após longos períodos, que podem variar de meses a anos, não conseguindo, portanto, exercer a função de sensibilização com a população. Para que esses assuntos relacionados à degradação ambiental e à emergência climática sejam enraizados na população do estado do Acre, é preciso constância, continuidade e monitoramento. É preciso que os conteúdos pedagógicos façam parte do cotidiano educacional para que tais ações realmente possam produzir a conscientização efetiva, ou seja, que esses assuntos sejam tratados dentro do currículo comum escolar como forma de política educacional.

Porém, é justamente nesse ponto que nos deparamos com uma das grandes problemáticas da educação no Acre e, talvez, no Brasil como um todo: a desigualdade regional no ensino. A qualidade da educação varia drasticamente entre regiões, refletindo as próprias disparidades socioeconômicas e culturais do país. Enquanto algumas escolas dispõem de infraestrutura adequada e recursos pedagógicos avançados, outras sequer têm condições básicas para funcionar. Essa desigualdade não apenas perpetua as assimetrias já existentes, mas também dificulta a implementação de políticas educacionais eficazes, como a inclusão das mudanças climáticas no currículo escolar. Afinal, como garantir um ensino climático relevante e contextualizado se cada região do Brasil enfrenta desafios ambientais distintos e possui realidades educacionais tão desiguais? A solução, portanto, não está na homogeneização do ensino, mas em políticas que respeitem as especificidades locais e promovam a equidade, garantindo que todas as escolas, independentemente de sua localização, tenham condições de oferecer uma educação de qualidade e contextualizada.

Quando vamos conversar com professores(as) da rede pública, em especial as de escolas periféricas onde a média de aluno por sala são 35 alunos, tratam geralmente a ideia de ensino climático na escola com aversão mesmo entendendo a seriedade, justamente porque pensam na criação de uma nova disciplina e com isso apontam que não possuem tempo, nem recursos suficientes, para dar conta do conteúdo programático com a quantidade de alunos e o papel social que a escola já desempenha atualmente. Isso evidencia a insatisfação dos professores em relação a como é tomada a decisão dos conteúdos e das atividades docentes: a decisão é tomada, de regra, pelo órgão da administração pública sem ouvir os professores que estão em atuação na sala de aula.

Mas para tentar driblar esses problemas, podemos pensar na utilização da transversalidade de ensino junto às disciplinas escolares, método que já está sendo utilizado no estado do Ceará por meio da Lei nº 18.955, tendo menos impacto ao cotidiano de ensino do professor, integrando no dia a dia da vida escolar dos alunos o assunto e gerando a conscientização de como o combate

às mudanças climáticas e a conscientização ambiental são multissetoriais, e deve ser pensada e debatida em todos os campos do conhecimento.<sup>4</sup>

Nessa linha de pensamento, no âmbito do Programa Operação Cop 2024: Jovens Embaixadores pelo Clima, desenvolvo um projeto piloto para fomentar a educação climática transversal no currículo escolar do estado do Acre a partir de uma experiência com uma escola pública da zona rural. O projeto tem como objetivo dialogar com a equipe pedagógica e professores para elaboração de aulas, seguindo o conteúdo programático da disciplina, mas incluindo a discussão da pauta ambiental climática, promovendo assim a educação ambiental climática, porém sem sobrecarregar o professor com um conteúdo totalmente novo.

Diante disso, é fundamental compreender que a educação ambiental climática não é apenas um complemento ao currículo escolar, mas uma ferramenta essencial para viabilizar a conscientização da população em relação à crise climática. No entanto, enquanto a educação brasileira não for tratada como um elemento imprescindível para a construção de um país mais justo e menos desigual, priorizando uma abordagem equitativa e transformadora, dificilmente avançaremos no que é necessário. Sem uma educação ambiental climática contextualizada e acessível a todos, que considere as realidades regionais e promova a reflexão crítica, não alcançaremos nem metade do potencial necessário para conscientizar a população brasileira sobre a urgência e a gravidade das mudanças climáticas.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2025.

---

4 [Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas - Módulos. obsinterclima.eco.br. 2025.](https://obsinterclima.eco.br)



## **SOBRE A PARCERIA:**

Esta edição dos Comentários do OIMC é parte de uma série de publicações que o Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas realiza com o The Climate Reality Project Brasil/Centro Brasil no Clima, no âmbito do programa Operação COP 2024 - Jovens Embaixadores pelo Clima. Os textos publicados foram escritos por participantes da segunda fase do programa, que, ao longo de 2024, passaram, por um treinamento extenso em temáticas de política internacional, mudanças climáticas e desenvolvimento de habilidades, especializando-se no acompanhamento de temáticas de negociação junto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.

Esta primeira leva de textos apresenta cinco reflexões sobre a temática de mudanças climáticas a partir da visão de jovens estudantes de regiões do Brasil e áreas do conhecimento diversas, visando colaborar no intercâmbio de saberes e na difusão das experiências e pesquisas produzidas pelos participantes.

